

## Federalistas: Os Herdeiros da Tradição Farrroupilha de Liberdade \*

.....Luciana Rossato\*

### R e s u m o

A partir da Proclamação da República, o Partido Liberal, capitaneado por Gaspar Silveira Martins, foi deposto do governo do RS e substituído pelos membros do PRR, chefiados por Júlio do Castilhos. Da mesma forma que os detentores do poder utilizam-se de símbolos e mitos a fim de se legitimarem como governo, as oposições utilizam os mesmos recursos discursivos a fim de os contestarem. Um dos principais enunciados dos federalistas era se constituírem como os herdeiros dos farrapos.

### A b s t r a c t

From the Proclamation of Republic the Liberal Party commanded by Gaspar Silveira Martins was deposed from the RS government and replaced by the members of the PRR, controlled by Julio de Castilhos. The same way the power possessors use the symbols and myths in order to legitimize their government, the oppositions use the same discursive resources in order to contest them. One of the main enunciation of the federalists was to constitute themselves as farrapo's heirs.

O presente artigo tem por finalidade discutir as formações discursivas dos federalistas, grupo formado pelos antigos membros do Partido Liberal e que se opuseram ao governo positivista do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), após a Proclamação da República no Rio Grande do Sul (RS). Dentre os diferentes enunciados proferidos pelos federalistas, um dos mais freqüentes era se considerarem como os legítimos herdeiros dos ideais farrapos.

A partir de 1870, o Partido Liberal - posteriormente Partido Federalista (PF) - deteve a hegemonia política no RS, sendo o seu principal líder o Conselheiro Gaspar Silveira Martins. Neste período, o estado passou por significativas mudanças econômicas e sociais, tais como, a introdução de novas raças de gado, das cercas de arame e o melhoramento das redes de transportes, o que possibilitou uma modernização nas relações produtivas.

O Partido Liberal rio-grandense tinha como principais postulados a defesa da descentralização administrativa e mudanças nas instituições monárquicas, como a reforma

\* O presente artigo faz parte de minha dissertação de Mestrado.

\* Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação do Professor Dr. Élio Cantalício Serpa.

eleitoral, eleições temporárias para o Senado, fim do poder Moderador, ensino livre, etc. Colocavam-se como antiescravistas e pregavam a liberdade de comércio, da indústria e de religião. Suas idéias os posicionavam na defesa do parlamentarismo e de maior autonomia para os municípios e para as províncias. Para os liberais, um poder legislativo atuante, que fosse além das meras funções orçamentárias, já era considerado parlamentarismo. Defendiam a descentralização do poder administrativo e político, a limitação do poder pessoal do chefe de Estado e um regime de representatividade no qual os presidentes de província seriam nomeados a partir da indicação da facção política majoritária.<sup>1</sup>

É este grupo, defensor do liberalismo, que se viu frente a frente, após a Proclamação da República, com um grupo político que, inspirado na doutrina do positivismo-comtiano, defendia um estado autoritário, interventor, que tinha como objetivo proporcionar o progresso através do controle e da ordem. Travou-se, no estado, uma batalha pela implantação de projetos republicanos diferenciados, ou seja, o liberal e o positivista.

Fazer com que o discurso republicano, muitas vezes de difícil compreensão, extrapolasse o mundo da elite politizada e chegasse à grande maioria da população era o objetivo não só do grupo que tentava se legitimar no poder, o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), como também, no caso específico do Rio Grande do Sul, do grupo que ocupou os principais cargos políticos durante o Império e que, com a Proclamação da República, havia sido deposto do poder.

Apesar de no RS haver maior participação política<sup>2</sup> em relação aos outros estados brasileiros, o convencimento dessa população não poderia ser feito somente pela ideologia, entendida, por José Murilo de Carvalho, como a "justificação racional da organização do poder"<sup>3</sup>. Era preciso recorrer a outras formas de convencimento, o que fez com que fosse travada verdadeira disputa por símbolos e mitos regionais como forma de legitimação dos dois grupos que disputavam o direito de colocar em prática seus modelos de república.

Sobre como os republicanos castilhistas se utilizaram do simbólico e dos mitos, a fim de se legitimarem no poder, é o tema de pesquisa de Loiva Otero Félix em vários artigos, nos quais destaca as condições que possibilitaram o desenvolvimento do discurso elaborado e das imagens produzidas pelo PRR, no período de legitimação de uma nova forma de organização política após a Proclamação da República. São estes períodos de crise, de ruptura, os momentos ideais para a difusão/utilização de mitos e heróis que criem laços de identidade do presente com um passado de glórias ou de estabilidade. Tendo como suporte teórico o trabalho de Raoul Girardet, "Mitos e Mitologias Políticas",

<sup>1</sup> GUTFREIND, Ieda. A Revolução Federalista: o apelo à Revolução e projetos políticos. In: FELIX, Loiva Otero e RAMBO, Arthur Blásio. (orgs.) *A Revolução Federalista e os Teuto-Brasileiros*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

<sup>2</sup> Segundo Loiva Otero Félix, o RS era o estado com maior participação e consciência política, sem deixar de considerar a existência do voto censitário. Em FELIX, Loiva Otero. Mito e alegoria: o universal e o nacional na luta federalista. In: ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da FURG, 1993.

<sup>3</sup> Ver CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Loiva Otero Félix utiliza dois mitos - do salvador e da unidade - para a verificação empírica dos discursos proferidos pelo principal porta-voz do PRR, o jornal "A Federação".

Os castilhistas, a fim de enfatizarem a importância de Julio de Castilhos como o impulsionador do progresso, forjaram a imagem de Silveira Martins como separatista, monarquista, o inimigo da unidade e da nova ordem. Silveira Martins, de defensor da república parlamentarista e unitária, tornou-se um defensor do retorno da monarquia e da separação do RS do resto do país. Devido à importância política e o poder de aglutinação/convencimento de Silveira Martins, houve a necessidade de torná-lo mais do que um mero opositor do governo, tinha que ser um opositor da República, do progresso. Esse deslocamento de posição facilitava a criação da imagem que o PRR criou para si mesmo, o de defensores da nova ordem política que estava sendo implantada.

Ao mesmo tempo que os castilhistas manipulavam a palavra a fim de construir estas imagens, a oposição também utilizou-se desses símbolos e imagens a fim de justificarem sua oposição ao governo. Silveira Martins também foi heroicizado por seus partidários, tornando-se o "salvador e guardião da liberdade". Era visto como uma pessoa que apesar da formação intelectual não deixava de ser a representação do verdadeiro gaúcho - "o homem do campo e do cavalo" - ainda mais que até os 20 anos tinha sido criado na campanha, ouvindo os feitos heróicos dos revolucionários de 35, o que o tornou um homem de "formação libertária". No dizer do historiador Mém de Sá, um verdadeiro "Rei dos Pampas".<sup>4</sup>

Percebe-se, pelo jornal "A Reforma", que os federalistas também recorreram à utilização do simbólico, dos mitos, com o objetivo de cooptar e legitimar a sua luta contra o governo do PRR no estado e, conseqüentemente, defender seu projeto de república. Os discursos veiculados pelo jornal "A Reforma", órgão do Partido Republicano Federal<sup>5</sup>, possuíam dupla finalidade: tornar legítimas as pretensões federalistas, ao mesmo tempo em que negavam o discurso de seus opositores políticos, neste caso, Júlio de Castilhos e seus partidários.

Para isso recorrem ao passado. Não a qualquer passado, mas a um passado heroicizado, uma revolução, que é utilizada para legitimar e convencer a população da necessidade de outra revolução. Revolução, esta, que vai devolver aos rio-grandenses a liberdade que havia sido roubada por um governo autoritário e sem representatividade.

*"Há momentos na vida dos povos em que estes têm o dever de demonstrar, por actos, que o patriotismo é sentimento que não desaparece nunca do peito de quem tem brio. Chega esse*

<sup>4</sup> Citado em FELIX, Loiva Otero. Monarquia e República: Gaspar e Julio. Os heróis na fala de chimangos e maragatos ... ou ... contrabando, corrupção, fraudes e beneplácitos na fala do historiador. In: Op. Cit. p. 14.

<sup>5</sup> Após a Proclamação da República, os chefes liberais e alguns republicanos históricos uniram-se e fundaram uma agremiação política chamada União Nacional (8 de junho de 1890). Alguns meses mais tarde, esta agremiação é extinta, fundando-se o Partido Republicano Federal. Após o retorno de Silveira Martins do exílio, organiza-se, em 31 de março de 1892, o Partido Federalista. Este partido diferencia-se dos agrupamentos anteriores por não ser um partido efêmero, mas, sim, um grupo coeso e com unidade de propósito, que se manteve atuante por três décadas.

*momento, quando os povos oprimidos, sentindo seus direitos confiscados, victimados pelo arbitrio e pelo despotismo dos governos que buscam inspirações no ódio e no interesse, compreendem que é necessário uzar do supremo direito – o direito da revolução. Eis o que acaba de acontecer na terra dos immortaes farrapos.*<sup>6</sup>

É a partir de 1892 que as referências a uma revolução do passado passam a ser utilizadas com mais freqüência a fim de justificar e de conquistar adesão a uma nova revolução. O início deste ano é marcado pelo retorno de Gaspar Silveira Martins ao estado (21 de janeiro de 1892), pela desvinculação dos liberais do PRF e do “governicho” e pela fundação do Partido Federalista (31 de março de 1892). Apesar da postura contrária de Silveira Martins a uma guerra civil, a sua presença entre seus correligionários provavelmente lhes dava força e estímulo para exigir mais participação no governo do estado, mesmo que fosse necessário usar da força a fim de alcançar este objetivo. Com o retorno do PRR ao poder, em meados de 1892, a convocação de uma revolução tornou-se constante nos editoriais d’A Reforma. Apesar de ter passado para a história como tendo iniciado em fevereiro de 1893, as primeiras escaramuças e atos de violência ocorreram a partir da segunda metade de 1892.

Nestes discursos, nos quais os liberais federalistas recorriam à Revolução Farroupilha, ao mesmo tempo em que procuravam criar uma identidade de si, ocorre uma tentativa de construir a imagem do outro como os desvirtuadores das tradições do RS.

*“Infortunado Rio Grande do Sul!*

*A que extremos te conduziram, ob! patria illustre farroupilha, os teus ferozes sicarios, os algozes implacaveis da tua honra immaculada, do teu nome ilustre, á sombra do qual armaram a sua tenda de guerra os mesmos individuos que vos venderam, que vos trocaram pelos trinta dinheiros de Judas Iscariotes!”<sup>7</sup>*

Segundo os federalistas, o governo do PRR, em troca do apoio do governo de Floriano Peixoto, estava desonrando o passado do estado, um passado de heroísmos e de lutas pelo qual muitos farrapos haviam morrido. O PRR, a fim de conquistar o poder absoluto, sujeitava-se ao governo central fazendo com que o estado voltasse a ser uma província periférica dentro do Brasil. Situação esta que remetia o Rio Grande do Sul à mesma situação que levou a deflagração da Revolução Farroupilha.

Percebe-se uma tentativa, tanto por parte dos republicanos como por parte dos federalistas, de construir a memória da Revolução Farroupilha, ressaltando os aspectos que mais lhes interessavam no momento.

A Revolução Farroupilha ocorreu entre 1835 e 1845, pouco mais de 50 anos antes da Proclamação da República. Durante este período, os grandes estancieiros da campanha conseguiram monopolizar uma parcela da população do estado numa batalha contra a

<sup>6</sup> Delírio. A REFORMA. Porto Alegre. 12 de janeiro de 1892.

<sup>7</sup> Basta de martyrios! A REFORMA. Porto Alegre. 25 de agosto de 1892.

"tirania e opressão" do governo federal. Foi uma batalha pela defesa dos interesses econômicos de uma parcela da elite rio-grandense - os estancieiros - que pleiteavam junto ao governo federal a defesa do principal produto de exportação do estado, o charque e seus derivados, através de tarifas alfandegárias especiais.

Apesar de possuir características próprias, a Revolução Farroupilha fez parte, conforme Décio Freitas, de uma grande rebelião federalista que levantou várias províncias, exceto o sudeste, contra o centralismo do recém-criado Estado Nacional<sup>8</sup>. A interpretação mais aceita pelos historiadores, na opinião da professora Sandra Jatahy Pesavento, é a "de que o conflito representou uma rebelião dos senhores de terra e gado do Rio Grande do Sul contra a dominação que a oligarquia do centro do país, empresária da independência, buscava impor sobre as províncias da jovem monarquia brasileira."<sup>9</sup>

No entanto, estas são as discussões atuais sobre a Revolução Farroupilha. Da mesma forma que os estancieiros, como um grupo social coeso e consciente de seu poder econômico e político, conseguiram manter durante tanto tempo uma rebelião contra o governo central, e mais do que isto, encerrá-la de forma honrosa,<sup>10</sup> conseguiram também, através da historiografia, exaltar uma determinada visão da Revolução Farroupilha. A visão difundida e aceita no final do século XIX é diversa da interpretação dos historiadores rio-grandenses nas duas últimas décadas. Foi esta visão, exaltadora da bravura e dos feitos heróicos de seus líderes, que se difundiu, com a ajuda de muitos historiadores e, mais recentemente, dos Centros de Tradição Gaúcha (CTGs), e mantém-se até hoje entre grande parcela da população do estado.

Os federalistas se consideravam os legítimos herdeiros dos revolucionários farroupilhas. Buscavam, nesta revolução, a afirmação de sua legitimidade pela continuidade, pelo exemplo legado pelos ancestrais. Como nos fala Raoul Girardet, "quase não há, hoje, grupo político que não ache sempre necessário, quando se trata de afirmar sua legitimidade ou de garantir sua continuidade, apelar para o exemplo e para as lições de certo número de "grandes ancestrais" sacralizados pela lenda."<sup>11</sup> É o que nos mostra a seguinte citação:

*"(...) tradições da nossa terra, entusiasmo pela liberdade em favor da qual os nossos avós tanto se bateram e se esforçaram. E é por ele que nós, os brasileiros, nós, os rio-grandenses, fomos aos campos de batalha tantas vezes (...). De que nos serve a lição do passado histórico?(...). Temos ou não solidariedade com os heróis de 1835? Somos ou não seus continuadores?"<sup>12</sup>*

Ao mesmo tempo em que se colocavam como representantes dos ideais farroupilhas,

<sup>8</sup> FREITAS, Décio. Farrapos: uma rebelião federalista. In: **A Revolução Farroupilha: História e Interpretação**. Vários Autores. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1985. p. 111.

<sup>9</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Farrapos, liberalismo e ideologia. In: **A Revolução Farroupilha: História e Interpretação**. Vários Autores. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1985. p. 6.

<sup>10</sup> Ver FLORES, Moacyr. **Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 1985, p. 86-88.

<sup>11</sup> Ver GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**, São Paulo: Companhia das Letras. 1987. p. 78.

<sup>12</sup> O contismo e a pátria. A REFORMA. Porto Alegre. 10 de abril de 1892.

o discurso federalista tinha como objetivo negar a ligação entre o PRR e a Revolução dos Farrapos, como era difundida pelo governo. Ao jornal "A Reforma" estava reservado o mesmo papel desempenhado pelo jornal "A Federação", uma vez que ambos eram jornais partidários. É através de suas páginas que os membros do PF tentavam desvincular a imagem criada pelo governo de continuadores dos ideais republicanos dos farrapos.

*"A' fracção republicana, dirigida pelo Sr. Julio de Castilhos, estava reservada a ingrata tarefa de aviltar as tradições gloriosas que nos foram legadas pelos nossos antepassados no immortal e sangrento decennio de 35..."<sup>13</sup>*

São nesses períodos de instabilidade política, como o decorrente da Proclamação da República, que se recorrem ao universo do simbólico, do imaginário, a fim de estabelecer objetivos, criar identidades e definir os inimigos contra quem as armas deveriam ser empunhadas. Esta disputa travou-se tanto no campo de batalha, com peões sendo transformados em soldados, como no campo discursivo, com os dois grupos buscando justificar suas propostas políticas, econômicas e sociais.

Deste modo, travou-se uma disputa entre republicanos castilhistas e os federalistas pela herança farroupilha. Ambos recorreram ao passado de glórias da Revolução Farroupilha, buscando, nesta revolução, que era motivo de orgulho para os rio-grandenses, elementos mobilizadores da população, principalmente os federalistas, que procuravam, desta forma, legitimar o fato de haverem iniciado uma guerra civil. Segundo Girardet, "a referência à história, o peso da lembrança desempenham, aqui, um papel essencial: não é nada mais que o passado - um passado de ordem ou de glória - que se vê chamado a socorrer o presente - um presente de confusão ou de derrota."<sup>14</sup>

Enquanto os federalistas possuíam como divisa a defesa da liberdade, os castilhistas colocavam-se como os herdeiros do ideal republicano dos farrapos. A herança farroupilha foi apropriada pelos dois grupos políticos nos aspectos que melhor expressavam seus interesses políticos. Desta forma, a conotação liberal e republicana da Revolução Farroupilha foram separadas na Revolução Federalista. No entanto, pela citação anterior, os castilhistas não eram considerados representantes dos ideais farroupilhas, não podendo nem mesmo participar das festividades comemorativas ao evento.

O passado é utilizado de modo a dar respaldo, sanção a uma luta atual. A Revolução Federalista era a continuação de lutas antigas, pelas quais muitos de seus antepassados haviam doado seu sangue. Para os republicanos castilhistas, a Revolução Farroupilha era considerada a origem dos ideais republicanos, enquanto que, para os federalistas, foi uma mostra do quanto os rio-grandenses prezavam o direito supremo da liberdade. Era uma demonstração da honradez e do brio dos gaúchos que não se dobravam à tirania de ninguém, como nos mostra a seguinte citação:

*"Sentiu orgulho vendo o Rio Grande levantar-se em defeza da liberdade, confirmando assim o que já dissera outr'ora,*

<sup>13</sup> Tradições aviltadas. Artigo assinado por Bento Gonçalves. A REFORMA. Porto Alegre. 27 de agosto de 1892.

<sup>14</sup> GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 74.

*respondendo aos adversários; que a liberdade era ali árvore tão frondosa, que tinha tantas raízes, que quem tentasse arrancá-la, produziria uma reacção toda de heroísmo".<sup>15</sup>*

Os rio-grandenses possuíam um passado de lutas e heroísmos em defesa da liberdade, um passado que deveria ser honrado e não esquecido. Este aspecto da cultura rio-grandense respalda-se no mito do gaúcho. O gaúcho é resultado de uma reelaboração cultural que se constituiu no séc. XIX, a partir da criação do Paternon Literário<sup>16</sup>, no qual o gaúcho, mestiço, descendente de aventureiros europeus e índios, miserável, desprovido de terra e que vagava de estância em estância em busca de trabalho, transformou-se numa figura idealizada, representante de valores como a lealdade, bravura, independência, disciplina e respeito.

Este mito foi apropriado pelas elites urbanas, que o promoveram, através do folclore, da literatura, da poesia e da historiografia. Assim, o gaúcho deixa de ser o homem do campo, o peão que trabalhava nas estâncias para se transformar em identidade de todas as pessoas que nascem no RS.

Este mito possui, por ser identificado com determinadas características de personalidade, inerentes a todos os gaúchos, um forte apelo mobilizador. Afinal, o gaúcho era um bravo, uma pessoa independente, possuía uma tradição de luta em defesa da liberdade que não deveria ser esquecida.

É este passado, esta tradição de não se subjugar ao autoritarismo, muito menos a uma dominação externa, que foi utilizada pelos federalistas com o intuito de se contrapor à proposta de uma constituição baseada nos postulados do positivismo-comtiano. Nada mais em desacordo com as tradições rio-grandenses do que a constituição castilhistista, promulgada em 14 de julho de 1891, *"um código político, em completo antagonismo com os costumes, as tradições e as aspirações populares."*<sup>17</sup>

De acordo com esta constituição, tanto as leis como o orçamento estadual eram elaborados pelo executivo, que acumulava, desta forma, dupla função: criar leis e pô-las em prática. Com isso, o poder executivo era fortalecido, enquanto o legislativo possuía funções meramente orçamentárias.

Segundo o jornal "A Reforma", *"o povo rio-grandense estava acostumado ao regimen livre, e essa Carta creava o regimen do despotismo, ferindo de morte todas as liberdades publicas, depondo todos os poderes políticos nas mãos de um homem, que d'elles poderia abusar como quizesse, sem que jamais se tornasse efectiva sua responsabilidade pelos crimes que commettesse."*<sup>18</sup>

<sup>15</sup> Discurso de Silveira Martins, em 10 de janeiro de 1892, ao retornar do exílio a que foi submetido após a Proclamação da República. A REFORMA. Porto Alegre. 11 de janeiro de 1892.

<sup>16</sup> O Paternon Literário, fundado em 1868, era formado por intelectuais e escritores que promoviam encontros e atividades.

<sup>17</sup> Federação fraudada. A REFORMA. Porto Alegre. 20 de janeiro de 1892.

<sup>18</sup> A solução. A REFORMA. Porto Alegre. 17 de março de 1892.

O Rio Grande do Sul possuía um passado a honrar, um passado no qual os gaúchos já haviam se levantado em armas contra a dominação vinda de fora: primeiro contra os castelhanos e, mais recentemente, contra o governo imperial autoritário que os massacrava com tarifas e impostos. Agora o RS levantava-se contra o autoritarismo de um homem, Júlio de Castilhos, que tentava implantar no estado leis importadas, que iam de encontro às tradições locais.

Final do século XIX, início do governo republicano no Brasil. Apesar da grande maioria da população não participar politicamente como eleitores que votam e podem ser votados, os grupos políticos que disputam o poder necessitam do apoio dessa população, cuja grande maioria é analfabeta. No Rio Grande do Sul, tanto os republicanos castilhistas quanto os liberais federalistas, respectivamente, governo e oposição, utilizavam, em seus discursos, de recorrências ao simbólico como forma de convencimento e busca de apoio aos seus projetos políticos. O período que se estende de 1889 - início do governo republicano - até 1895, término da Revolução Federalista, é caracterizado como um período de instabilidade política, de ruptura, de incertezas e de mudanças. Momento propício, segundo Raoul Girardet, para o desenvolvimento de mitos que têm como objetivo legitimar o grupo que está no poder ou, no caso dos federalistas, do grupo que quer retornar ao poder.